



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

g) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato exceto com a anuência da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO.

h) O desentendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

i) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666;

j) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

l) A dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

m) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

n) Razões de interesse público.

3. Decretada a rescisão contratual, pelos motivos delineados no edital, a CONTRATADA, ficará sujeita a aplicação das sanções previstas no Edital de Licitação respectivo.

4. Pelo não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, acarretará a CONTRATADA, as seguintes conseqüências, sem prejuízo de quaisquer sanções previstas:

a) Suspensão imediata pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, dos trabalhos no estado em que se encontram;

b) Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Penalidades:

1. A recusa injusta da CONTRATADA em deixar de cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 1%(um por cento) sobre o valor da proposta;

c) Suspensão temporária da participação em licitação e/ou impedimentos de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, emitida pelo Sr. Prefeito do Município, enquanto perdurarem os motivos da punição.

e) Por atraso na conclusão das diversas etapas de serviços fixadas no cronograma físico, será aplicada multa diária na etapa que apresentar maior atraso, calculada pela fórmula a seguir:

= M = Multa em Reais

V valor da etapa, na época da infração, em Reais

P = M = V/(100.P) onde

Prazo da etapa em meses

2. A conclusão de uma ou mais etapas, antes do prazo previsto no cronograma, não isentará a contratada de multa por atraso em outras etapas.



ESTADO DA PARAIBA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Do Reajustamento:

Haverá reajustamento nos valores do presente contrato, para os casos previstos em lei. Para a concessão do reajuste deverá ser utilizado o Índice Nacional da Construção Civil – INCC, da Coluna 35 da FGV – Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo por imposição do Governo Federal. A periodicidade anual deverá ser contada a partir da data da apresentação da proposta na licitação respectiva.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Recebimento das Obras e Serviços:

1. Após a conclusão dos serviços, a CONTRATADA mediante da PREFEITURA DE CONCEIÇÃO, poderá solicitar o recebimento dos mesmos.

2. Os serviços concluídos poderão ser recebidos provisoriamente, a juízo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO.

3. Para o recebimento dos serviços, o Excelentíssimo Senhor Prefeito, designará uma Comissão composta de no mínimo 03 (três) Técnicos, que vistoriará as obras e emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO ou PROVISÓRIO, a seu critério.

4. O Termo de Recebimento Definitivo das obras e serviços, não isenta a CONTRATADA das responsabilidades cominadas no novo Código Civil Brasileiro.

5. Após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, a garantia prestada pela CONTRATADA será liberada e se em dinheiro, corrigida monetariamente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Das Disposições Gerais:

2. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pelos danos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, ou a terceiros, por si ou por seus representantes, na execução dos serviços contratados, isentando a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO de todas e quaisquer reclamações que possam surgir decorrentes de acidentes, mortes, perdas ou destruições.

3. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos de materiais, transportes, cargas, descargas, sinalização, mão-de-obra, tributos, leis sociais, lucros e quaisquer outros encargos que incidam sobre os serviços previstos, ou não, neste Edital. Deverão estar inclusas nos preços unitários, quaisquer incidências na mão de obra decorrentes do prazo de entrega da obra.

4. O controle tecnológico dos serviços a executar e dos materiais a utilizar será efetuado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, ou por terceiros devidamente autorizados.

5. Quaisquer instruções, alterações, liberações e demais providências que a fiscalização julgar necessária para melhor desempenho da firma e andamento das obras, deverão ser registradas no livro de ocorrência, não cabendo a CONTRATADA nenhuma reclamação decorrente de entendimentos verbais.

6. Os serviços ora contratados poderão ser cedidos ou sub-contratados, desde que haja prévia e expressa anuência da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO.

6.1 A Ordem de Serviço só poderá ser emitida após aprovação do projeto junto ao setor de fiscalização da PMC e dos recursos do Ministério das Cidades/PMC, representado pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL, CONTRATO DE REPASSE: 806436/2014. (art. 55, inciso V, da Lei nº 8.666/93), da Prefeitura Municipal.

7. Após a aprovação do setor de fiscalização da PMC, deverá ser elaborado Termo Aditivo de Contrato para ajuste de planilha orçamentária, caso haja alteração entre a planilha apresentada e a aprovada.

8. Na contagem dos prazos aqui estabelecidos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

9. A CONTRATADA sujeita-se integralmente aos termos do presente Contrato objeto da Licitação do Edital de TOMADA DE PREÇO Nº 0005/2015/PMC.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

10. Os casos omissos neste Contrato serão regulados em observância a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Do Foro:

Para dirimir as questões decorrentes deste Contrato as partes elegem o Foro da Comarca de renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de pleno acordo foi lavrado o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito, que as partes contratantes assinam na presença das testemunhas abaixo.

CONCEIÇÃO/PB, de..... de 2015.

Pela Contratante

Representante Legal da CONTRATADA

Consultora Jurídica do Município

Testemunhas:

CPF:

CPF:



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

DEPARTAMENTO DE ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER Nº 0005/2015

DATA: 06/05/2015

DO: Assessor Jurídico

PARA: Presidente da Comissão de Licitação

Senhor Presidente,

À apreciação deste Setor Jurídico, para análise e aprovação. Minuta de Edital de Licitação, sob a modalidade TOMADA DE PREÇO nº 0005/2015 que objetiva a EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO/PB (RUA ELIAS MIGUEL DE SOUSA, RUA JOÃO JUVENAL, RUA RAIMUNDA LEITE SOBRINHO, RUA PREF. JAIME PINTO RAMALHO, RUA ANTONIO GOMES DUARTE), com recursos do Ministério das Cidades/PMC, representado pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL, CONTRATO DE REPASSE: 806436/2014, conforme termo de referência anexado no edital, mediante execução indireta sob o regime de TOMADA DE PREÇO nº 0005/2015, conforme determinação do Edital, e nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações posteriores, bem como a minuta do respectivo contrato, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei de licitações e contratos administrativos.

Da análise da documentação apresentada denota-se a existência das cláusulas necessárias, conforme previsão contida nos arts. 40 e 55 da Lei nº 8.666/93, razão pela qual encontra-se o presente processo em condições de ser autorizado, por Vossa Excelência se assim entender conveniente à Administração Pública.

É o Parecer,

Assessor Jurídico

Ao

Presidente da Comissão de Licitação do Município de Conceição/PB

NESTA



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

SETOR DE CONTABILIDADE

TOMADA DE PREÇO nº 0005/2015

Em, 06 de maio de 2015

Senhor Presidente,

Em atenção a solicitação de Vossa Senhoria, informamos a existência de previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes da EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM VIAS PUBLICAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO/PB (RUA ELIAS MIGUEL DE SOUSA, RUA JOÃO JUVENAL, RUA RAIMUNDA LEITE SOBRINHO, RUA PREF. JAIME PINTO RAMALHO, RUA ANTONIO GOMES DUARTE), com recursos do Ministério das Cidades/PMC, representado pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL, CONTRATO DE REPASSE: 806436/2014, conforme termo de referência anexado no edital, mediante execução indireta sob o regime de TOMADA DE PREÇO nº 0005/2015, conforme determinação do Edital, e nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações posteriores, sendo que o pagamento será efetuado através da Dotação Orçamentária: UNIDADE ORÇAMENTARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA URBANISMO; PROJETO DE ATIVIDADE: 15.451.1010.1036, pavimentação e vias urbanas; ELEMENTO DE DESPESA: 4490.51 Obras e Instalações, com recursos do Ministério das Cidades/PMC, representado pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL, CONTRATO DE REPASSE: 806436/2014, (art. 55, inciso V, da Lei nº 8.666/93), da Prefeitura Municipal.

Cordialmente,

Contador(a)

Ao
Presidente da Comissão de Licitação do Município de Conceição/PB
NESTA



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 0005/2015

OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE
IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO
EM VIAS PUBLICAS URBANAS NO
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO/PB.

RECURSOS: CAIXA ECONOMICA FEDERAL -
CONTRATO DE REPASSE:
806436/2014 – Ministério das
Cidades/PMC.

José Ivanilson Soares de Lacerda
Prefeito Constitucional
Exercício/2015



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 0005/2015/PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO-PB, pessoa jurídica de direito interno público, portadora do CNPJ (MF) nº 08.943.227/0001-82, com sede à Rua Capitão João Miguel - Centro Administrativo Integrado, S/N - São José - Conceição – PB, CEP: 58970-000, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 01/2015, de 02 de janeiro de 2015, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO sob o nº. de ordem 0005/2015, do tipo Menor Preço Global, sob o Regime de Empreitada por Preço Unitário, destinada à EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM VIAS PUBLICAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO/PB, representado pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL, CONTRATO DE REPASSE: 806436/2014, no dia **25 de maio de 2015, às 10:00 (dez) horas**, em sessão pública, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, situada na Rua Capitão João Miguel - Centro Administrativo Integrado, S/N - São José - Conceição – PB, CEP: 58970-000, para recebimento da documentação e Propostas Financeiras dos interessados em contratar com o Poder Público Municipal, obedecendo rigorosamente aos termos, instruções, especificações e condições contidas neste instrumento convocatório e seus anexos, na forma disposta no processo administrativo licitatório protocolado sob o nº de ordem 0005/2015/PMC.

1 DO SUPORTE LEGAL

Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº. 8.666/93, de 21.06.93, alterada pelas Leis nº. 8883/94, de 08.06.94 e 9.648/98, de 17.05.98 e demais Legislações pertinentes, que ficam fazendo parte integrante e inseparável desta Tomada de Preço.

2 DO OBJETO DA LICITAÇÃO

Constitui objeto da presente licitação, a EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM VIAS PUBLICAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO/PB (RUA ELIAS MIGUEL DE SOUSA, RUA JOÃO JUVENAL, RUA RAIMUNDA LEITE SOBRINHO, RUA PREF. JAIME PINTO RAMALHO, RUA ANTONIO GOMES DUARTE).

2.1 VALOR ESTIMADO PARA EXECUÇÃO DA OBRA: R\$ 737.764,60 (setecentos e trinta e sete mil setecentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos). Sendo R\$ 730.460,00 (setecentos e trinta mil quatrocentos e sessenta reais) do Ministério das Cidades/PMC e R\$ 7.304,60 (sete mil trezentos e quatro reais e sessenta centavos) de contra partide da PMC.

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 Os recursos orçamentários e financeiros decorrentes para a execução do objeto desta licitação são os seguintes: **UNIDADE ORÇAMENTARIA:** SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA; **ELEMENTO DE DESPESA:** 4490.51 Obras



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

e Instalações; com recursos do Ministério das Cidades/PMC, representado pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL, CONTRATO DE REPASSE: 806436/2014, (art. 55, inciso V, da Lei nº 8.666/93), da Prefeitura Municipal.

4 DOS ELEMENTOS DA LICITAÇÃO

4.1 Os elementos necessários à perfeita caracterização do objeto da presente licitação e que

ANEXO I	-	Minuta do Contrato
ANEXO II	-	Modelo de Proposta
ANEXO III	-	Planilha Orçamentária de Preços global
ANEXO IV	-	Planilha Orçamentária de preço por rua
ANEXO V	-	Memória de calculo
ANEXO VI		Cronograma Físico Financeiro
ANEXO VII	-	Composição de preço unitário
ANEXO VIII	-	Composição de BDI

5 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Somente poderão participar desta licitação as empresas legalmente estabelecidas no País e que, na fase de habilitação, comprovem possuir os requisitos de qualificação exigidos no presente edital para execução de seu objeto.

5.2 Não serão admitidas propostas e/ou anexos emitidos por meio de fax, ainda que em envelope fechado;

5.3 Nesta licitação é vedada à formação de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.4 Nesta licitação é vedada a participação, direta ou indiretamente, das empresas:

a) Cujos dirigentes, gerentes, sócios ou responsáveis técnicos mantenham qualquer vínculo empregatício com a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO;

b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal suspenso ou, ainda, que por estas tenham sido declaradas inidôneas;

c) Que comprovadamente, tenham pendências contratuais ou de qualquer outra natureza perante o MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO/PB

d) Que estejam concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

e) Que não estejam devidamente cadastradas na PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, ou ainda, as que não atenderem as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior a data da abertura da licitação.

f) O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, situada na Rua Capitão João Miguel - Centro Administrativo Integrado, S/N - São José - Conceição – PB, CEP: 58970-000.

g) A participação na licitação implica na aceitação integral do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas técnicas aplicáveis.

6 DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

6.1 O credenciamento dos representantes legais para participação da Licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 0005/2015, será a parti das **10:00 horas do dia 25 de maio de 2015**, mediante apresentação de documentos que comprovem esta situação, conforme abaixo:

a) **Na condição de procurador** – Documento oficial de identidade e instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida e carta de credenciamento que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para praticar todos os atos inerentes ao certame, expedida pela licitante e copia do certificado de registro cadastral (CRC) do município, emitido ate setenta e duas horas antes da abertura do certame;

b) **Na condição de sócio, proprietário ou dirigente da sociedade** – Documento Oficial de Identidade e cópia do contrato social registrado no Órgão de Registro de Comércio competente ou documentação na qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da licitante; e copia do certificado de registro cadastral (CRC) do município, emitido ate setenta e duas horas antes da abertura do certame.

6.1.1 A documentação de credenciamento do representante que se fizer representar legalmente na presente licitação deverá ser entregue fora dos envelopes “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA”, antes do inicio do recebimento dos mesmos.

6.2 A não apresentação do documento de credenciamento ou a sua incorreção não impedirá a participação da licitante no certame, porém, impossibilitará o representante de se manifestar e responder pela empresa, não podendo rubricar documentos ou fazer qualquer observação ou interferir no desenvolvimento dos trabalhos, mas, somente, como cidadão comum.

6.3 Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas etapas desta licitação e a responder por sua representada, para todos os atos e efeitos previstos neste edital;



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

6.4 Não será admitida a representação concomitante de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante nem licitante sem representante.

6.5 Estes documentos (originais ou cópias autenticadas) deverão ser apresentados antes do início da sessão da Tomada de Preço.

6.6 No caso de cópias, as mesmas deveram ser autenticadas por Tabelião de Notas. Esta deverá ser através de Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial, nos termos da Lei Estadual nº 10.132/2013, por membro da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Conceição/PB, ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, neste caso, obrigado-se, no entanto, a fornecer os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados pelo Presidente da Comissão de Licitação.

6.7 Caso a autenticação seja feita por membro da Comissão de Licitação, os documentos originais para autenticação deverão ser apresentados em até uma hora antes do horário estabelecido para a licitação, levando-se em consideração o horário de funcionamento do órgão. Em nenhuma hipótese serão autenticados documentos após este prazo.

7 DA VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

7.1 A licitante deverá visitar os locais onde será executada a obra e serviços, para se inteirarem de todos os aspectos referentes à sua execução. A visita tem que, obrigatoriamente, ser feita pelo(s) Engenheiro(s), responsável técnico da Empresa detentora dos atestados de capacitação técnica, a todos os locais beneficiados pelo objeto do presente certame, comprovadamente visitados, cujo acervo técnico será disponibilizado à licitante para efeito de participação nesta Licitação. A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO expedirá documento de comprovação da visita, emitido pelo Secretário(a) de Obras/Infra Estrutura do Município. Todos os custos associados com a visita serão de inteira responsabilidade da licitante.

7.2 A visita será efetivada durante o expediente normal da Prefeitura, devendo ser agendada e realizada até o ultimo dia de entrega de edital no setor da Comissão de Licitação.

8 DOS ESCLARECIMENTOS Á LICITAÇÃO

8.1 As solicitações de esclarecimentos deverão ser efetuadas por escrito e encaminhadas à Comissão Permanente de Licitação, sita na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, situada na Rua Capitão João Miguel - Centro Administrativo Integrado, S/N - São José - Conceição – PB, CEP: 58970-000, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas.

8.2 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início, e incluir-se-á o do vencimento, só se iniciando e vencendo os mesmos em dia de expediente na PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO. Caso a data designada



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

para a abertura do presente Torneio Licitatório seja, por motivo de força maior, decretado ponto facultativo ou dia feriado, a sessão pública ficará designada para o primeiro dia útil imediatamente posterior à data apazada.

9 DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 O prazo para execução dos serviços objeto da contratação pretendida pela Administração Pública Federal e Municipal será de 03 (tres) meses, inclusivemobilização, a contar da data da emissão da competente Ordem de Serviço pela Contratante à Contratada.

9.2 Os prazos de início, de conclusão e entrega das obras admitem prorrogação a critério da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, fundada em conveniência administrativa, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

9.2.1 Paralisações por motivo de força maior.

9.2.2 Define-se como circunstâncias de força maior, acontecimentos imprevistos tais como: greve, atos de sabotagem, guerras, bloqueios, tumultos, comoções públicas, epidemias, terremotos, tempestades, inundações, explosões e quaisquer outras ocorrências similares ou equivalentes, que fiquem além do controle de quaisquer das partes.

9.2.3 Alteração do Projeto e/ou Especificações Técnicas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO.

9.2.4 Aumento ou diminuição dos serviços previstos na Planilha de Quantitativos, devendo a prorrogação ou antecipação do prazo ser proporcional à variação dos serviços.

9.2.5 Superveniência de fato excepcional e imprevisível, inclusive ocorrências de chuvas fortes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.

9.2.6 Impedimento da execução do Contrato, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, em documento contemporâneo à sua ocorrência.

9.2.7 Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada tecnicamente por escrito e previamente autorizada pela Autoridade Superior, devendo a mesma ser formalizada através de aditamento, observadas as disposições contidas no Art. 57, da Lei nº. 8.666/93, alterada.

10 DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

10.1 No dia, hora e local designados no preâmbulo deste edital, a Comissão Permanente de Licitação, depois de declarar aberta a sessão receberá os envelopes



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

contendo a documentação de habilitação e propostas, em envelopes distintos, devidamente lacrados, constando em sua parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE “A” – HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO/PB
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Data: 25/05/2015 – Horário: 10:00 horas
TOMADA DE PREÇO Nº. 0005/2015
(Nome da Licitante)

ENVELOPE “B” – PROPOSTA COMERCIAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Data: 25/05/2015– Horário: 10:00 horas
TOMADA DE PREÇO Nº 0005/2015
(Nome da Licitante)

10.2 Aumento ou diminuição dos serviços previstos na Planilha de Quantitativos, devendo a prorrogação ou antecipação do prazo ser proporcional à variação dos serviços.

10.3 O envelope de habilitação deverá conter a documentação em um (01) via, em original ou cópia autenticada por cartório competente ou pela própria Comissão Permanente de Licitação, mediante apresentação dos documentos originais para conferência ou publicação em órgão da imprensa oficial. **(todas as folhas deverão está rubricadas e enumeradas).**

10.4 **A documentação relativa à Habilitação Jurídica consistirá em:**

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e sua última alteração, em vigor, devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

c) Documento de Identidade (RG) e CPF dos sócios da empresa licitante interessada em participar desta Licitação.

10.5 **A documentação relativa à Regularidade Fiscal consistirá em:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (FIC) ou Municipal (ALVARÁ), relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- c) Prova de regularidade de tributos e contribuições federais administrados pela Receita Federal, emitida pela Secretaria da Receita Federal;
- d) Prova de regularidade quanto a Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- e) Prova de regularidade expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado do domicílio ou sede da licitante;
- f) Prova de regularidade expedida pela Secretaria da Fazenda do Município do domicílio ou sede da licitante;
- g) Prova de regularidade relativa a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito (CND), expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- h) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Situação (CRS), expedida pela Caixa Econômica Federal (CEF).
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, expedida pelo órgão responsável, sede da referida empresa, conforme prevê a Lei nº 12.469;
- j) Com base no parágrafo 3º, Inciso VI, do Art. 43, da Lei nº 8.666/93, alterada, a PREFEITURA DE CONCEIÇÃO, se reserva no direito de consultar o CNIS (CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS), para comprovar o vínculo empregatício dos Responsáveis Técnicos detentores dos atestados com a licitante;

A documentação relativa à Qualificação Técnica consistirá em:

10.5.1 Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), da sede da licitante.

10.5.2 Capacitação Técnica:

A. DO RESPONSÁVEL TÉCNICO (CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL)

Demonstração de capacitação técnico-profissional mediante comprovação de possuir em seu quadro permanente até a data prevista para entrega da proposta, Engenheiro(s) civil, registrado no Ministério do Trabalho, detentor de Certidões e Atestados de Responsabilidade Técnica (ART), fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

privado, devidamente acompanhados de Certidão de Acervo Técnico, expedida pelo CREA.

A.1 A comprovação do vínculo do profissional Responsável Técnico deverá ser efetuada mediante apresentação dos documentos a seguir indicados:

A) No caso de vínculo empregatício: cópia autêntica da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou Ficha do Empregado, autenticada pela DRTMT, ou contrato de prestação de serviços registrado em cartório.

B) No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão do Registro do Comércio competente, e Certidão Simplificada da junta comercial do domicílio ou sede da licitante. Para as sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, através da cópia autenticada da publicação no Diário Oficial.

C) Declaração de que manterá na obra e/ou serviço, em tempo integral, o profissional, indicado no subitem do edital admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO.

D) Declaração do profissional (engenheiro) indicado no subitem deste edital, de que não possui nenhum vínculo empregatício junto a esfera municipal e federal detentora do convênio com firma reconhecida.

E) Apresentar indicação das instalações do canteiro de obras, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação.

F) Declaração dos sócios ou proprietários da empresa, de que não possui nenhum vínculo empregatício junto a esfera municipal e federal detentora da licitação com firma reconhecida.

10.6 A documentação de habilitação relativa à Qualificação Econômico-Financeira consistirá em:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social que comprovem sua boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. As empresas que ainda não encerraram o seu primeiro exercício social deverão apresentar, para tanto, o balanço de abertura, arquivado na Junta Comercial, obedecidos aos aspectos legais e formais de sua elaboração. O balanço e demonstrações contábeis das sociedades anônimas ou por ações deverão ser apresentadas em publicações no Diário Oficial e o arquivamento do registro no órgão de registro do comércio competente do Estado do domicílio ou sede da licitante. As demais deverão apresentar o balanço e demonstrações contábeis devidamente assinados pelo representante legal da empresa e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, e acompanhado de cópia dos termos de abertura e de encerramento do



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

Livro Diário do qual foi extraído, com o devido arquivamento no órgão de registro do comércio competente do Estado do domicílio ou sede da licitante.

b) Comprovação da boa situação financeira apurada mediante a apresentação de índices, assinados por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) com apresentação de cópia autenticada da carteira do profissional (CRC) e Certidão de Regularidade Profissional atualizado, das demonstrações contábeis mediante aplicação das fórmulas e parâmetros a seguir indicados:

$$\text{Índice de Liquidez Corrente} = \frac{AC}{PC} \text{ Igual ou superior a } 3,0$$

$$\text{Índice de Liquidez Geral} = \frac{AC + ARLP}{PC + ELP} \text{ Igual ou superior a } 2,5$$

$$\text{Índice de Endividamento Total} = \frac{PC + ELP}{AT} \text{ Igual ou inferior a } 0,2$$

$$\text{Índice de Solvência Geral} = \frac{AT}{PC} \text{ Igual ou superior a } 4,5$$

Onde: AC = Ativo Circulante
ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo
AT = Ativo Total
PC = Passivo Circulante
ELP = Exigível a Longo Prazo

c) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de Execução Patrimonial. A licitante deverá apresentar, também, documento emitido pelo Distribuidor Local ou Autoridade equivalente indicando quais os Cartórios competentes para as distribuições solicitadas.

d) As comprovações de haver efetuado Garantia de Participação na presente licitação, deverá ser entregue a Comissão de Licitação; mediante CAUÇÃO em dinheiro no valor de de **R\$ 7.370,00 (sete mil trezentos e setenta reais)**, através de documento expedido pela Tesouraria da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO- DAM ou através de Certidão de Seguro Apólice.

- Caso a licitante faça opção da garantia sob a modalidade em dinheiro, deverá depositar o valor correspondente na tesouraria da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO. A Garantia feita nesta modalidade não sofrerá nenhum processo de atualização.

- Caso a licitante faça opção da garantia sob a modalidade Seguro Apólice, a mesma somente será considerada válida mediante comprovação do registro, da



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

validade e liquidez do título junto ao órgão competente e entregue junto a Comissão de Licitação.

10.7 Para comprovação do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, e as disposições da Lei nº. 8.666/93, alterada, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Declaração de que não contratará menores de 18 anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos para trabalho de qualquer natureza, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- b) Declaração de inexistência da superveniência de fatores impeditivos na participação da Licitante no presente Torneio Licitatório.

11 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO
DOCUMENTOS COMPLEMENTARES PARA HABILITAÇÃO

11.1 Declarações em papel timbrado da empresa, carimbadas e assinadas por pessoa legalmente autorizada a fazê-lo em nome da empresa, que deverão ser apresentadas no Envelope nº. 01 - HABILITAÇÃO, claramente se comprometendo a:

- a) Estar ciente das condições da licitação, que assume a responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-se às penalidades legais e a sumária desclassificação da licitação, e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela CPL;
- b) Que aceita todas as condições do Edital;
- c) Que executará as obras de acordo com o projeto de engenharia, as especificações técnicas e as normas da ABNT e demais normas emanadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO/PB, que serão tomadas todas as medidas necessárias para assegurar um controle adequado da qualidade da obra e de modo a prevenir impacto sobre o meio ambiente;
- d) Que se compromete a estar instalado e pronto para o início dos trabalhos no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos a partir da data da assinatura do instrumento contratual;
- e) Que executará a obra dentro do prazo estabelecido no edital;
- f) Comprovação de recebimento do edital;
- g) Certidão fornecida pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Conceição de que a empresa licitante encontra-se adimplente sob o aspecto jurídico e fiscal com este município. A certidão deverá ser solicitada junto a Comissão de Licitação até o 3º (terceiro) dia que anteceder a abertura da licitação.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

11.2 Declaração da Licitante se comprometendo a destinar, no mínimo 10% (dez por cento) das vagas geradas pelo Contrato para trabalhadores em seu primeiro Emprego.

11.3 Declaração de que a Licitante se compromete a alfabetizar seus empregados, caso seja necessário.

11.4 Cópia autenticada de Certificado de Registro Cadastral (CRC) atualizado, junto à Comissão Municipal de Licitação/PB.

11.5 Comprovante do Atestado de Visita do local da obra assinado pelo Secretário de Obras/Infra Estrutura do município;

11.6 Comprovante da execução do CAUÇÃO (DAM/TESOURARIA ou CERTIFICADO DO SEGURO APÓLICE), anexado o recibo de confirmação de entrega na Comissão de Licitação;

11.7 A licitante deverá apresentar como parte integrante da sua Habilitação a Relação dos Contratos e outros compromissos com obras e ou serviços que importem diminuição de sua capacidade operativa (discriminar valor global e percentual executado), nos termos da norma inscrita no Art. 31, § 4º da Lei Regente.

11.8 Após a aprovação do Projeto pelo concedente, deverá ser elaborado Termo Aditivo para ajuste de planilha orçamentária, caso haja alteração entre a planilha apresentada e a aprovada.

12 DA PROPOSTA COMERCIAL

12.1 A documentação abaixo relacionada integrará a PROPOSTA COMERCIAL e deverá ser apresentada no mesmo envelope, devidamente enumerada, em envelope lacrado contendo no anverso, a denominação da concorrente e em destaque:

NOME DA PROPONENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO – PB
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N.º 0005/2015/PMC
ENVELOPE N.º 02 - PROPOSTA COMERCIAL

12.2 PROPOSTA, elaborada em papel timbrado da Licitante, contendo o valor global da proposta em R\$ (reais) apresentado em algarismo e por extenso, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, prazo de execução da obra, validade da Proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contendo também a qualificação do licitante: (nome, endereço, CNPJ/MF, fone fax); em caso de dúvida, prevalecerá o valor por extenso da proposta. (em todas as páginas da proposta deverá indicar os dados completo da empresa);

12.3 QUADRO DE QUANTITATIVOS E PREÇOS, elaborado em papel próprio do licitante, contendo para cada item ou sub-item, o preço unitário composto e o total proposto, calculado pela multiplicação do preço unitário proposto pelas respectivas quantidades para obter-se o total do item ou sub-item. Finalmente somam-se os totais



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

para determinar o valor global da proposta, em R\$ (reais) correspondente à data da apresentação, conforme modelo.

12.4 **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** em modelo próprio da licitante, demonstrando sua exequibilidade da forma a seguir:

- a) Pelo sistema de barras, a evolução física da execução de cada item e/ou sub-item de serviços.
- b) Percentagens entre o valor global de cada item e o valor correspondente ao período de execução do item, compatibilizados com o cronograma físico;
- c) Valores mensais do faturamento previsto;
- d) Valores acumulados do faturamento previsto, ao longo da execução da obra.

12.5 **ENCARGOS SOCIAIS**

As licitantes deverão apresentar a composição detalhada dos Encargos Sociais, com indicação das parcelas que o compõem.

13 DO PROCEDIMENTO

13.1 A abertura dos envelopes “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA” será realizada em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada, a qual deverá ser assinada pelos representantes legais das licitantes presentes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.

13.2 Abertos os envelopes “HABILITAÇÃO”, seus conteúdos serão examinados e rubricados pela Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes credenciados das licitantes, não sendo permitida a retirada dos documentos do recinto da reunião, bem como a sua reprodução sob qualquer forma.

12.2.1 As licitantes poderão, a seu critério e de comum acordo com a Comissão Permanente de Licitação, formar grupos para análise da documentação referente à habilitação, indicando os responsáveis pela subscrição dos documentos.

12.2.2 As licitantes que não desejem participar dos grupos poderão, isoladamente, rubricar os documentos apresentados.

13.3 Se a documentação restar incompleta, incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital ou de Lei, a Comissão Permanente de Licitação considerará a licitante inabilitada.

13.4 Em nenhuma hipótese, será concedido prazo para a apresentação de documentos exigidos neste edital.

13.5 Em caso de suspensão da reunião após a abertura dos envelopes “HABILITAÇÃO”, os envelopes “PROPOSTA” serão rubricados pela Comissão



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

Permanente de Licitação e pelos representantes credenciados das licitantes, ficando em poder da Comissão até nova data e hora marcada para abertura dos mesmos.

13.6 Inexistindo qualquer fato impeditivo, e caso haja renúncia formal de interposição de recursos relacionados com a fase de habilitação por parte das licitantes, a Comissão Permanente de Licitação poderá, na mesma reunião proceder à abertura dos envelopes “PROPOSTA”.

13.7 Na hipótese prevista no item anterior, a Comissão Permanente de Licitação devolverá às licitantes inabilitadas os respectivos envelopes “PROPOSTA”.

13.8 Não havendo a concordância das licitantes, deverá ser definida uma nova data para a abertura dos envelopes “PROPOSTA”.

13.9 Após o julgamento da habilitação, os envelopes “PROPOSTA” das licitantes inabilitadas permanecerão fechados e em poder da Comissão Permanente de Licitação, à disposição para retirada, mediante recibo ou devolvidos via postal, depois de julgados seus recursos e impugnações.

13.10 Esgotada a fase recursal referente à habilitação, a Comissão Permanente de Licitação informará uma nova data para a realização da sessão de abertura dos envelopes “PROPOSTA” das licitantes habilitadas.

13.11 Após a fase de habilitação não cabe desistência da PROPOSTA, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

13.12 Abertos os envelopes “PROPOSTA” das licitantes habilitadas, seus conteúdos serão examinados e rubricados pela Comissão Permanente de Licitação, e pelos representantes credenciados das licitantes.

14 DA DILIGÊNCIA

14.1 É facultado à Comissão de Licitação, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originalmente da proposta.

15 DO JULGAMENTO

15.1 A presente licitação é do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

15.2 Não se considerarão quaisquer ofertas ou vantagens não previstas neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes.

15.3 Não se admitirá proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ou cujos valores não estejam compatíveis com os preços



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

dos insumos e salários de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para as quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, na forma do art. 48, da Lei nº. 8.666/93 e outros dispositivos aplicáveis.

15.4 Durante a análise das propostas, a Comissão Permanente de Licitação poderá convocar as licitantes para esclarecimentos de qualquer natureza, pertinentes às respectivas propostas.

15.5 Caberá à Comissão Permanente de Licitação, em despacho fundamentado, inabilitar, sem prejuízos de outras sanções cabíveis, as licitantes sobre quaisquer fatos ou circunstâncias que, anterior ou posteriormente à abertura das propostas, desabone sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica ou qualificação econômico-financeira. A inabilitação não ensejará qualquer indenização ou ressarcimento por parte da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO.

15.6 Será considerada inabilitada ou desclassificada a licitante cuja documentação e/ou proposta estejam em desacordo com os termos deste edital.

15.7 As propostas cujos preços ofertados estejam superiores aos preços globais contidos na planilha de quantitativo de serviços e preços unitários, constantes do Projeto Básico que integra este Edital ou com preços manifestamente inexequíveis, serão desclassificadas.

15.8 Para os efeitos do disposto no item anterior, consideram-se manifestamente inexequíveis, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, ou
- b) Valor orçado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO.

16.8.1 Dos licitantes classificados na forma do item anterior cujo valor global da proposta seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem às alíneas “a” e “b”, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas neste edital, igual à diferença entre o valor resultante do item anterior e o valor da proposta apresentada.

15.9 A Comissão Permanente de Licitação, quando do julgamento das propostas, solicitará das licitantes a apresentação de Composição de Preços Unitários, sendo desclassificadas aquelas propostas em que a proponente não demonstre sua viabilidade através destas composições de preços que justifiquem que os mesmos são coerentes com os de mercado, e onde os coeficientes de produtividade sejam compatíveis com a execução do contrato. Ao elaborar sua composição, a licitante Deverá considerar os insumos e coeficientes de produtividade adotados pelo sistema PINI.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

15.10 Em caso de divergência entre os valores cotados, prevalecerão os preços unitários sobre os totais, e, entre os algarismos e os por extenso, prevalecerão estes últimos. Eventuais correções de valores poderão ser efetuadas pela Comissão de Licitação, quando da análise e julgamento das propostas, tomando-se por base a quantidade prevista e o preço unitário proposto.

15.11 Aprovação do relatório da Comissão Permanente de Licitação, a homologação e adjudicação do objeto desta licitação, caberão ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Constitucional de Conceição/PB

16 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1 Na hipótese de interposição de recurso, este deverá ser processado de acordo com as disposições do art.109, da Lei Federal nº. 8.666/93, com sucessivas alterações.

17 DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO

17.1 A presente licitação poderá ser revogada pela autoridade competente, desde que por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado e suficiente para justificar tal conduta.

17.2 A anulação da presente licitação dar-se-á por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito, devidamente fundamentado, sem que caiba às licitantes qualquer direito de indenização.

18 DA ADJUDICAÇÃO

18.1 O objeto desta licitação será adjudicado à licitante vencedora, na forma do art. 38, inciso VII, da Lei Federal nº. 8.666/93, atendidas as condições deste edital.

19 DA CONTRATAÇÃO

19.1 A licitante adjudicada, após homologação pela autoridade competente, será convocada para assinar o instrumento contratual, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, devendo apresentar os seguintes documentos, todos com prazo de validade vigente:

a) Certidão Negativa de Débito – CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

b) Certificado de Regularidade de Situação (CRS), emitido pela Caixa Econômica Federal.

19.2 É facultado à administração, quando a convocada não assinar o instrumento contratual no prazo e condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, de acordo com o edital, ou revogar a licitação, independente da cominação de multa à licitante, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado.

20 DA GARANTIA PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

20.1 A licitante adjudicada, quando convocada para assinar o contrato, deverá apresentar garantia de execução do objeto desta licitação, mediante caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária, fixada no percentual de 3% (três por cento) do valor do contrato.

20.1.1 Caso a licitante contratada faça opção pela garantia em dinheiro, deverá depositar o valor correspondente no Banco do Brasil, na conta corrente, agência e operação de crédito a ser definida pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, apresentando comprovante do depósito na Tesouraria da empresa para a expedição do comprovante de efetivação de garantia;

20.1.2 Caso a licitante contratada faça opção da garantia sob a modalidade de Títulos da Dívida Pública, a mesma somente será considerada válida mediante comprovação da validade, liquidez e registro do título junto ao Banco Central do Brasil.

20.1.3 Caso a licitante faça opção da garantia sob a modalidade de Seguro garantia ou Fiança bancária deverá comprovar a entrega, na Tesouraria da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, mediante a apresentação de Carta fiança bancária ou apólice de seguro.

20.2 O comprovante de efetivação da garantia contratual deverá ser apresentado à Tesouraria da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, que expedirá comprovante de efetivação da mesma.

21 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

22.1 O Contrato proveniente desta licitação terá vigência de 03 (tres) meses, contados a partir da expedição da Ordem de Execução dos Serviços.

22.2 O contrato proveniente desta licitação considerar-se-á encerrado no vencimento do prazo estabelecido no subitem anterior ou quando estiverem cumpridas todas as obrigações contratuais pelas partes, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

23 DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

23.1 O contrato proveniente desta licitação poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com o art. 65 e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93, e suas posteriores alterações.

24 DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

24.1 O Contrato proveniente desta licitação poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência no percentual máximo de 50% (cinquenta por cento) referente às obras e serviços, mediante prévia e expressa anuência da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

24.2 Qualquer subcontratação, cessão ou transferência, mesmo que admitidas expressamente pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, importará na responsabilidade da licitante contratada, na forma definida na norma inscrita na Lei Civil.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

24.3 Para a realização da subcontratação, cessão ou transferência do objeto desta licitação, caso seja efetuada, a empresa deverá apresentar toda documentação exigida para comprovação de habilitação jurídica e regularidade fiscal. Quanto à qualificação técnica e qualificação econômico-financeira a comprovação deverá ser compatível com o percentual referente à subcontratação, cessão ou transferência, se houver.

25 DO PREÇO E DO REAJUSTAMENTO

25.1 Os preços a serem contratados serão fixos e irremovíveis, pelo período de 03 (três) meses a partir da data da apresentação da proposta.

25.2 Caso o prazo contratado exceda os 03 (três) meses previstos no item anterior, os preços contratuais serão reajustados de acordo com o Índice Nacional da Construção Civil – INCC, tomando-se por base a data da apresentação da proposta pela variação dos índices constantes da revista “conjuntura econômica”, coluna 35, editada pela Fundação Getúlio Vargas, mediante aplicação da seguinte fórmula

$$R = V \left[\frac{I_1 - I_0}{I_0} \right] \text{ onde :}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual dos serviços a serem reajustados;

I₀ = Índice inicial – refere-se ao mês correspondente ao mês da entrega da proposta

I₁ = Índice final – refere-se ao mês correspondente ao mês de aniversário anual da proposta.

25.3 A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

25.4 Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou o saldo contratual vigorará e passará a ser praticado, pelo próximo período de 1 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a vigência do contrato.

26 DAS MEDIÇÕES, CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO

26.1 A licitante contratada deverá apresentar a documentação de cobrança, obrigatoriamente no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, em 03 (três) vias, com o valor expresso em moeda corrente nacional, mediante a emissão de nota fiscal, fatura ou outro documento legal, observadas as exigências da legislação tributária.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

26.2 A licitante contratada deverá indicar, no documento de cobrança, o número do contrato, com a respectiva data de assinatura, item contratual das condições de pagamento a que se refere o documento de cobrança, o valor da parcela correspondente e a data do vencimento.

26.3 O prazo para pagamento referente à execução das obras e serviços e fornecimento de materiais, objeto do contrato a ser firmado com a licitante vencedora, será de 30 (trinta) dias, contados a partir da ocorrência dos eventos ou da apresentação do documento de cobrança no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, o que ocorrer por último, ficando o pagamento condicionado à aprovação da CEF.

26.4 Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela licitante contratada serão medidos parcial e mensalmente pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO e lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos, serão assinados pelo responsável técnico da licitante contratada, pelo engenheiro fiscal da obra, pelo Coordenador de obras e Secretário de Obras e Serviços Urbanos da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO/PB

26.5 Os pagamentos serão efetuados com base em valores apurados através das medições dos serviços efetivamente executados no período, conforme o cronograma físico-financeiro, e com base nos preços unitários constantes do contrato e devidamente certificados.

26.6 As faturas serão obrigatoriamente acompanhadas das respectivas folhas de medição, identificada com registro do CREA e do responsável técnico da licitante Contratada.

26.7 A não apresentação, por parte da licitante contratada, da documentação de cobrança, no prazo mínimo de 10 (dez) dias consecutivos anteriores a data do vencimento, isenta a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO de qualquer obrigação referente a juros e multas, pelo período de atraso.

26.8 As cobranças deverão ser mantidas em carteira. Os pagamentos serão efetuados, na data apazada, mediante crédito na conta corrente da licitante contratada. Para tal, a mesma deverá indicar à Gerência Financeira da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO o nome do banco, o número de sua conta corrente, agência e praça, não se permitindo em nenhuma hipótese, desconto ou cobrança de títulos em estabelecimentos financeiros ou com terceiros, sem o prévio aceite da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO.

26.9 O pagamento de qualquer parcela poderá, a critério da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, ser suspenso, se um ou mais eventos que compõem as referidas parcelas estiverem em atraso por culpa da licitante contratada.

26.10 Se a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, a seu critério, optar por liberar uma parcela deduzida do valor correspondente ao evento em atraso, o pagamento de qualquer parcela seguinte não poderá ser liberado, enquanto persistirem atrasos não



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

justificados, independentes de outras sanções previstas na minuta do contrato anexo a este edital, a ser firmado com a licitante vencedora.

26.11 A critério da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, o pagamento poderá ser feito à vista, mediante aplicação de desconto, negociado entre as partes.

26.12 Na existência de erros, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO devolverá a fatura, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da entrega, passando a contar novo prazo para pagamento a partir de sua reapresentação.

26.13 A última parcela somente será liberada, depois de cumpridas todas as condições exigidas no instrumento contratual a ser firmado com a licitante vencedora.

26.14 O pagamento de qualquer parcela somente será efetuado mediante a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação (CRS), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF) e Certidão Negativa de Débito (CND), emitida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), com prazo de validade vigente.

26.15 O primeiro pagamento somente será efetuado após a comprovação por parte da licitante contratada de que o contrato teve Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, efetuada no CREA-PB, bem como, fornecer o Alvará de Construção Municipal, se for o caso, além da apresentação do Certificado de Matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI).

26.16 O pagamento da medição final ficará condicionado à aceitação da obra pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, mediante apresentação de laudo de aceitação emitido por uma comissão integrada por representantes da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, bem como à apresentação pela licitante contratada dos comprovantes de quitação perante o Instituto Nacional da Previdência Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

27 DAS PENALIDADES

27.1 Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos pelo não cumprimento dos compromissos acordados, serão aplicadas as seguintes sanções:

27.1.1 À LICITANTE:

- a) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado caso a licitante se recuse a assinar o contrato;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, emitida pelo Exmo. Senhor Prefeito, enquanto perdurarem os motivos da punição.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

OBS.: No caso de existência de quaisquer valores oferecidos como garantia de participação à licitação, poderá a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO efetuar a retenção dos valores depositados em seu nome, até os valores das multas aplicadas.

27.1.2 À CONTRATADA:

a) Advertência;

b) Multas por atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos, as quais serão representadas por percentuais do valor da etapa em atraso, não excedendo o percentual de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$\begin{aligned} M &= 0,1 \times A \times F, \text{ onde:} \\ M &= \text{percentual representativo da multa;} \\ A &= \text{Atraso em dias corridos;} \\ F &= 3 \text{ (Fator crítico relativo à importância do} \\ &\text{evento).} \end{aligned}$$

c) Observação:

As importâncias relativas às multas serão descontadas dos recebimentos a que a contratada tiver direito, competindo-lhe no caso de insuficiência ou inexistência de crédito, pagá-las no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos, contados da data de entrega da notificação. Poderão ser retidas, também, quaisquer quantias depositadas a título de garantia de participação na licitação ou garantia contratual, até o valor devido.

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, emitida pelo Prefeito Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição.

27.2 São considerados motivos de caso fortuito ou de força maior, para isenção das multas devidas pela licitante contratada, pelo não cumprimento de prazos estipulados no contrato, a ocorrência de fatos, cujos efeitos não seria possível evitar ou impedir, na forma estabelecida no Código Civil vigente, os quais somente serão válidos, quando vinculados diretamente ao objeto do contrato, desde que alegados pela licitante contratada, devidamente comprovados e aceitos expressamente pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO.

27.3 Os casos fortuitos ou motivos de força maior devem ser devidamente comunicados e comprovados por escrito a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, no prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos, a contar da data de sua ocorrência. A não comunicação desses motivos no prazo acima importará na aplicação



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

da penalidade, com perda do direito de alegá-lo, exceto por razões que impossibilitem o aviso.

27.4 A licitante contratada tem o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir de sua notificação, para se pronunciar a respeito de multas aplicadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO. Decorrido esse prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita, na forma como foi apresentada, e não dará o direito da licitante contratada expor qualquer contestação.

28 O PRAZO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS

28.1 O prazo de execução das obras e serviços será de acordo com o Cronograma físico-financeiro integrante deste edital, ficando estabelecido o prazo de 03 (tres) meses para conclusão.

29 DA RESCISÃO DO CONTRATO

29.1 O contrato a ser firmado com a licitante vencedora poderá ser rescindido de pleno direito pelos motivos previstos nos artigos 77, 78, 79 e 80, da lei nº. 8.666/63 e suas alterações posteriores.

29.2 Sob nenhum aspecto será admitido, por parte da licitante contratada, exceção de contrato não cumprido, em face da Administração, exceto nos casos admitidos pela Lei nº. 8.666/93.

30 DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE CONTRATADA

30.1 A licitante contratada se responsabilizará pelo recolhimento de todos os tributos Federais, Estaduais e Municipais, que direta ou indiretamente incidam ou venham a incidir sobre a obra ou serviço relacionado com o objeto contratual.

30.2 Ficará a licitante contratada com a responsabilidade de comunicar, imediatamente e por escrito, à PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, tão logo sejam do seu conhecimento, os procedimentos fiscais, ainda que de caráter interpretativo, os quais possam ter reflexos financeiros sobre o contrato.

30.3 Manter sempre à frente das obras e serviços, profissional devidamente habilitado na entidade profissional competente e pessoal adequado e disponível na quantidade necessária para a execução dos serviços e obras.

30.4 A mão-de-obra empregada pela licitante contratada, na execução das obras e serviços, objeto do contrato, não terá nenhuma vinculação empregatícia com a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, descabendo, portanto, imputação de qualquer obrigação social a esta, observando-se o disposto no art. 71, da Lei nº. 8.666/93.

30.5 Todas as obrigações tributárias, fiscais, previdenciárias e/ou sociais decorrentes da execução das obras e serviços, objeto do contrato a ser firmado com a licitante vencedora, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO e/ou a terceiros em decorrência da



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

execução do contrato resultante desta licitação, serão de inteira responsabilidade da licitante contratada.

30.6 A licitante contratada se obriga a recolher todos os encargos sociais e tributos de acordo com o que estabelece a legislação vigente e apresentar mensalmente a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, cópias autenticadas das guias de recolhimento.

30.7 Comprovar perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, até o 20º (vigésimo) dia útil de cada mês, o recolhimento de tributos e obrigações sociais (ISS, FGTS, INSS), referente ao mês imediatamente anterior, de acordo com o que estabelece a legislação em vigor, mediante a apresentação dos originais das guias de recolhimento.

30.7.1 Os encargos sociais pertinentes ao INSS e FGTS, referem-se ao pessoal alocado para a execução das obras e serviços.

30.7.2 Caso não haja a comprovação do recolhimento dos tributos e obrigações sociais, as faturas serão retidas sem nenhum ônus financeiro dos valores faturados até a sua liberação.

30.8 Dentro do prazo de prescrição estabelecida pela lei civil ou administrativa, a licitante contratada deverá se responsabilizar e arcar com ônus de todas as reclamações e/ou ações jurídicas decorrentes de ofensas ou danos causado ao direito de propriedade de terceiros, resultante da execução dos serviços.

30.9 Obedecer todas as Normas Técnicas da ABNT vigentes e que venham a vigorar na execução dos serviços e fornecer, a qualquer época, os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO sobre o objeto do contrato a ser firmado.

30.10 A licitante contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

30.11 A licitante contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a ausência de fiscalização ou de acompanhamento pelo órgão interessado, na forma do art. 70, da Lei nº. 8.666/93, e do art. 37, §6º, da Constituição Federal.

30.12 Manter permanentemente no escritório da obra LIVRO DE OCORRÊNCIA, autenticado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, no qual a fiscalização e a licitante contratada anotarão todas e quaisquer ocorrências que mereçam registro, devendo ser entregue a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO quando da medição final e entrega da obra.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

30.13 Permitir e facilitar à fiscalização, a inspeção ao local das obras, em qualquer dia e hora, devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

31 DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

31.1 Cumprir, pontualmente, os compromissos financeiros acordados com a licitante contratada.

31.2 Suprir a licitante contratada de documentos, informações e demais elementos que possuir ligados aos serviços a serem executados, bem como dirimir dúvidas e orientá-la nos casos omissos.

31.3 Manter entendimentos com a licitante contratada sempre por escrito ou mediante anotação em livro de ocorrência, com ressalvas dos casos determinados pela urgência das medidas, cujos entendimentos verbais devem ser confirmados por escrito, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contado a partir do referido entendimento.

31.4 Comunicar, formalmente, à licitante contratada, em caso de devolução de documentos de cobrança, as razões da devolução.

32 DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO

32.1 Deverão ser observadas pela contratada, todas as condições de segurança e higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, necessária a preservação da integridade física e saúde de seus colaboradores, do patrimônio da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO e ao público afeto e dos materiais envolvidos na obra e/ou serviço, de acordo com as normas regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, bem como outros dispositivos legais e normas específicas da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO.

32.2 A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO poderá a seu critério determinar a paralisação da obra e/ou serviço, suspender pagamentos quando julgar que as condições mínimas de segurança, saúde e higiene do trabalho não estejam sendo observadas pela licitante contratada, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. Este procedimento não servirá para justificar eventuais atrasos da licitante contratada.

32.3 A licitante contratada se responsabilizará, ainda, por atrasos ou prejuízos decorrentes da suspensão dos trabalhos quando não acatar a legislação básica vigente na época, no que se referir à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.

32.4 O não atendimento aos procedimentos referentes às Condições de Segurança e Medicina do Trabalho, pela licitante contratada no prazo previsto, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO poderá suspender os pagamentos a que fizer jus a licitante contratada, podendo, ainda, caso o problema não seja solucionado no prazo determinado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, rescindir o contrato firmado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

33 DA PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

33.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, por conveniência administrativa ou técnica, se reserva o direito de paralisar, a qualquer tempo, a execução dos serviços, cientificando oficialmente à licitante contratada tal decisão.

34 DO RECEBIMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS E DOS MATERIAIS

34.1 Para o recebimento das obras e serviços e dos materiais fornecidos será designada uma comissão de recebimento, composta de no mínimo 03 (três) técnicos, que vistoriará as obras e serviços e emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, no prazo não superior a 90 (noventa) dias após o decurso do prazo de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da lei 8.666/93, ou PROVISÓRIO, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da licitante contratada, a seu critério.

34.2 O termo de recebimento definitivo das obras e serviços, não isenta a licitante contratada das cominações previstas na legislação civil em vigor, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

34.3 Após assinatura do termo de recebimento definitivo, a garantia prestada pela licitante contratada será liberada.

35 DA DEVOLUÇÃO DA GARANTIA PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO

35.1 A garantia prestada pela licitante contratada para execução do contrato será restituída em até 30 (trinta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo da obra.

36 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

36.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO não se responsabilizará, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros decorrentes de tributos indevidamente recolhidos ou erroneamente calculados por parte da licitante contratada, na forma do art. 71, da Lei nº. 8.666/93.

36.2 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a data de entrega dos documentos de habilitação e das propostas, cuja base de cálculo seja o preçoproposto, implicarão na revisão dos preços, em igual medida, para maior ou para menor, conforme o caso. A alteração ou criação de tributos de repercussão indireta, assim como encargos trabalhistas, não repercutirão nos preços contratados.

36.3 Durante a vigência do contrato, caso a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO venha a se beneficiar da isenção de impostos, deverá informar a licitante contratada, para que o mesmo possa cumprir todas as obrigações acessórias atinentes à isenção.

36.4 Até a data da assinatura do contrato, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO poderá desclassificar a licitante tida como vencedora, se vier a ter conhecimento comprovado de fato ou circunstancia que a desabone, anterior ou



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

posterior ao julgamento, procedendo à adjudicação do objeto desta licitação à outra licitante, obedecendo à ordem de classificação.

36.5 Os documentos com prazo de validade não expresso serão considerados como sendo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua emissão, exceto quando houver disposição em contrário.

36.6 Em caso de nulidade pertinente aos procedimentos desta licitação obedecer-se-á ao disposto no art. 49, §2º, da Lei nº. 8.666/93.

36.7 A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase da licitação. Na hipótese de se constatar a imprecisão ou falsidade das informações e/ou dos documentos apresentados pela licitante, poderá a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, a qualquer tempo, desclassificá-la ou rescindir o contrato subscrito.

36.8 O presente edital e seus anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, farão parte integrante do instrumento contratual, independentemente de sua transcrição.

36.9 Os casos omissos neste Edital serão regulados em observância a Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

37 DO FORO

37.1 Fica eleito o foro da cidade de CONCEIÇÃO, Estado da Paraíba, para dirimir quaisquer questões oriundas dos procedimentos previstos neste edital.

CONCEIÇÃO/PB, 07 de maio de 2015

Presidente da Comissão



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

ANEXO I
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº..... /2015/PMC, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO** E A EMPRESA, PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO/PB, CONFORME PLANILHA DE PREÇOS EM ANEXO, NA FORMA ABAIXO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, entidade de Direito Público Interno, Órgão de Regime Jurídico Único, sediada à Rua Capitão João Miguel - Centro Administrativo Integrado, S/N - São José - Conceição - PB, CEP: 58970-000, inscrita no Cadastro Geral do Contribuinte do Ministério da Fazenda sob o nº 08.943.227/0001-82, representada neste ato pelo prefeito municipal o Sr José Ivanilson Soares Lacerda, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de CONCEIÇÃO - PB, doravante denominada de **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa, com sede na, inscrita no **CNPJ sob o nº**, aqui denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo seu Responsável legal,,,,, residente e domiciliado na inscrito no CPF do MF sob o nº e portador da Cédula de Identidade nº, considerando haver a **CONTRATADA** sido proclamada vencedora da Licitação objeto do **EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 0005/2015/PMC**, constante do **Processo nº/2015 - PMC** devidamente homologada pelo Titular da Pasta Municipal, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual será regido pelas Cláusulas e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe, supletivamente, as disposições da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, e condições que mutuamente acordam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fundamento legal do contrato:

Este contrato decorre da licitação objeto do Edital de TOMADA DE PREÇO Nº 0005/2015/PMC, processada com fulcro na Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883/94 de 08/06/94 e Lei nº 9.648 de 27/05/98, no que não contrarie as referidas, que ficam fazendo parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - Objeto do contrato:

O presente contrato tem por objetivo a execução das obras de a EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO/PB (RUA ELIAS MIGUEL DE SOUSA, RUA JOÃO JUVENAL, RUA RAIMUNDA LEITE



ESTADO DA PARAIBA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

SOBRINHO, RUA PREF. JAIME PINTO RAMALHO, RUA ANTONIO GOMES DUARTE), com recursos do Ministério das Cidades/PMC, representado pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL, CONTRATO DE REPASSE: 806436/2014, (art. 55, inciso V, da Lei nº 8.666/93), da Prefeitura Municipal, de acordo com as normas do edital, e da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Ditas obras deverão ser executadas de acordo com as condições e cláusulas expressas neste instrumento, especificações técnicas, proposta, cronograma físico-financeiro, projetos e instruções da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, do Edital de TOMADA DE PREÇO Nº 0005/2015, documentos esses que passarão a integrar o presente contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - Preços, valor, pagamento:

1. Preços: Os preços a serem aplicados para execução das obras e serviços objeto deste Contrato serão unitários, especificados na PLANILHA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, nos termos da proposta apresentada e aprovada, que passará a integrar este Contrato, independentemente de transcrição. Fica expressamente estabelecido que os preços referidos incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para execução das obras e quaisquer encargos que possam incidir nas obras e serviços a execução.

2. Valor: O valor deste Contrato, à base dos preços propostos e aprovados é de **R\$**
(.....)

3. Pagamento: O pagamento das obras e/ou serviços será efetuado através de crédito em conta corrente, mediante Autorização de Pagamento (AP), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do adimplemento de cada parcela, mediante processo regular com base nas medições realizadas e aceitas pela Fiscalização, lançadas em Boletim de Medição, que depois de conferido será assinado pelo Engenheiro Fiscal de Obras e pelo responsável da CONTRATADA. As medições serão mensais, com intervalos nunca superiores a 30 (trinta) dias, excetuando-se as medições inicial e final. O pagamento da 1ª medição só deverá ser efetivado quando da comprovação, pela CONTRATADA, da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, sobre a execução da obra junto ao CREA/PB, nos termos da resolução nº 425, de 18. 12. 98, do CONFEA, sob pena do não recebimento da medição requerida.

4. No ato do pagamento de cada medição, A CONTRATADA fica obrigada a apresentar cópia autenticada da Folha de Pagamento de Pessoal e respectivas Guias de Recolhimento Prévio devidamente quitadas, das contribuições Previdenciárias e do F.G.T.S., incidentes sobre a remuneração dos segurados incluída em Nota Fiscal ou Fatura, correspondente aos serviços executados, na forma prevista na Lei 8.212/91, alterada pela Lei nº 9.032, de 28.04.95, e regulamentos instituídos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

5. Igualmente deverá ser apresentado o CEI - Cadastro Específico do INSS para a obra objeto deste contrato e o CMA - Certificado de Matrícula e Alteração, com a indicação do número do contrato correspondente.

6. Fica também obrigada a CONTRATADA, a apresentar, no encerramento do CONTRATO, quando da expedição do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO da obra, a CND - Certidão Negativa de Débito correspondente.

7. A CONTRATANTE, se obriga, na forma da Legislação Federal Vigente do INSS, a proceder o desconto de 11% relativamente ao serviço (mão-de-obra) prestado na contratação do objeto do presente ajuste.

CLÁUSULA QUARTA - Dos serviços não previstos no contrato:

1. Os preços unitários para execução de novos serviços surgidos quando da execução, serão propostos pela CONTRATADA e submetidos à apreciação da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO.

2. A execução dos serviços não previstos será regulada pelas mesmas condições estabelecidas no Contrato, ficando sua execução condicionada à assinatura do Termo Aditivo no qual figurarão os novos preços e prazos ajustados.

CLÁUSULA QUINTA - Da Alteração Contratual:



ESTADO DA PARAIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

O Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no item do Edital de TOMADA DE PREÇO Nº 0005/2015/PMC e na norma inscrita no Art. 65 da Lei Regente.

CLÁUSULA SEXTA - Dos Prazos:

1. Os serviços deverão ser executados no prazo de (.....) meses, contados da data da Assinatura da Ordem de Serviços. Este prazo poderá ser alterado, nos casos previstos no Art. 57 da Lei Regente.

2. O não cumprimento dos prazos aqui previstos acarretará na aplicação das penalidades determinadas na Cláusula Décima Segunda do presente instrumento.

3. Os prazos de início de conclusão e entrega das obras alterações a critério da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, fundada em conveniência administrativa, mantida as demais Cláusulas do Contrato, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

4. Paralisações por motivo de força maior ou casos fortuitos.

4.1 - Define-se como circunstâncias de força maior, acontecimentos imprevistos, tais como: greve, atos de sabotagem, guerras, bloqueios, tumultos, comoções públicas, epidemias, terremotos, tempestades, inundações, explosões e quaisquer outras ocorrências similares ou equivalentes, que fiquem além do controle de qualquer das partes.

5. Superveniência de fato excepcional e imprevisível, inclusive ocorrência de chuvas, estranho à vontade das partes que altere fundamentalmente as condições de execução;

6. Aumento e/ou diminuição dos serviços, previstos na Planilha de Quantitativos e Preços, devendo a prorrogação e/ou antecipação do prazo ser proporcional à variação dos serviços;

7. Impedimento da execução do contrato, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, em documento contemporâneo à sua ocorrência.

8. Alteração do projeto e/ou especificações técnicas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO.

9. Toda alteração de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, na forma determinada pelo Art. 57 da Lei 8.666/93, com modificações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Dotação:

Os recursos para execução das obras objeto deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações: Obra Financiada com Recursos próprios. **UNIDADE ORÇAMENTARIA:** SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA; **ELEMENTO DE DESPESA:** 4490.51 Obras e Instalações, com recursos do Ministério das Cidades/PMC, representado pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL, CONTRATO DE REPASSE: 806436/2014, (art. 55, inciso V, da Lei nº 8.666/93), da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA OITAVA - Da Paralisação:

1. À PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, por conveniência administrativa ou técnica, se reserva o direito de paralisar, a qualquer tempo, a execução dos serviços, cientificando devidamente a CONTRATADA, por escrito de tal decisão.

2. Se a CONTRATADA, por circunstância de força maior, for impedida de cumprir, total ou parcialmente o Contrato, deverá comunicar o fato imediatamente à PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, por escrito.

3. Entende-se por circunstância de força maior o definido neste instrumento.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

4. Caso as paralisações referidas nos itens anteriores, ocorram uma ou mais vezes e perdurarem por 10 (dez) dias ou mais, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO poderá suspender o contrato, pelo período necessário à solução do impasse, cessando, neste período obrigações da CONTRATADA perante a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, excetuando-se ao estabelecido no item 18.1, 18.2 do EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 0005/2015.

5. Se a suspensão injustificada do contrato perdurar por 90 (noventa) dias, qualquer das partes poderá solicitar a rescisão do Contrato.

CLÁUSULA NONA - Das Obrigações da Contratada:

Constituem obrigações da contratada:

a) Executar com perícia os serviços contratados obedecendo aos projetos, especificações técnicas, instruções adotadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO e determinações por escrito da fiscalização;

b) Assegurar durante a execução das obras, a proteção e conservação dos serviços executados, bem como, fazer a sinalização e manter a vigilância necessária à segurança de pessoas e dos bens móveis e imóveis;

c) Executar imediatamente os reparos que se fizerem necessários aos serviços de sua responsabilidade ou pagar em dobro os custos destes serviços, devidamente atualizados, se a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO os fizer independentemente das penalidades cabíveis;

d) Adquirir e manter permanentemente no escritório das obras, um LIVRO DE OCORRÊNCIAS, autenticado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, no qual a Fiscalização e a CONTRATADA anotarão todas e quaisquer ocorrências que merecem registro, devendo ser entregue à PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, quando da medição final e entrega das obras;

e) Retirar das obras qualquer pessoa julgada inconveniente pela fiscalização;

f) Manter a frente dos serviços, pessoal habilitado e equipamento, obedecendo à quantidade necessária, a critério da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO;

g) Permitir ou facilitar a fiscalização, inspeção ao local das obras, em qualquer dia e hora, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados;

h) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

i) Responder pelos danos causados diretamente à PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou de dolo na execução do contrato;

j) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou qualquer outro não previsto neste Edital, resultante da execução do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Rescisão do Contrato:

1. O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente a critério da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, por acordo entre as partes ou por razões de ordem administrativa;

2. A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO poderá rescindir unilateralmente o Contrato de pleno direito, independente de qualquer interposição judicial ou extrajudicial e do pagamento de qualquer indenização pelos seguintes motivos:

a) O não cumprimento, o cumprimento irregular ou lento, das Cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos estabelecidos;



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

- b) A subcontratação total ou parcial dos serviços e cessão total ou parcial, exceto com anuência prévia da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO;
- c) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- d) A lentidão do seu cumprimento, levando a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, no prazo estipulado;
- e) O atraso injustificado no início da obra;
- f) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação à PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO;
- g) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato exceto com a anuência da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO.
- h) O desentendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- i) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666;
- j) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- l) A dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- m) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- n) Razões de interesse público.

3. Decretada a rescisão contratual, pelos motivos delineados no edital, a CONTRATADA, ficará sujeita a aplicação das sanções previstas no Edital de Licitação respectivo.

4. Pelo não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, acarretará a CONTRATADA, as seguintes consequências, sem prejuízo de quaisquer sanções previstas:

- a) Suspensão imediata pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, dos trabalhos no estado em que se encontram;
- b) Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Penalidades:

1. A recusa injusta da CONTRATADA em deixar de cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 1%(um por cento) sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão temporária da participação em licitação e/ou impedimentos de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, por prazo não superior a 02 (dois) anos;



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, emitida pelo Sr. Prefeito do Município, enquanto perdurarem os motivos da punição.

e) Por atraso na conclusão das diversas etapas de serviços fixadas no cronograma físico, será aplicada multa diária na etapa que apresentar maior atraso, calculada pela fórmula a seguir:

= M = Multa em Reais

V valor da etapa, na época da infração, em Reais

$P = M = V/(100.P)$ onde

Prazo da etapa em meses

2. A conclusão de uma ou mais etapas, antes do prazo previsto no cronograma, não isentará a contratada de multa por atraso em outras etapas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Do Reajustamento:

Haverá reajustamento nos valores do presente contrato, para os casos previstos em lei. Para a concessão do reajuste deverá ser utilizado o Índice Nacional da Construção Civil – INCC, da Coluna 35 da FGV – Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo por imposição do Governo Federal. A periodicidade anual deverá ser contada a partir da data da apresentação da proposta na licitação respectiva.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Recebimento das Obras e Serviços:

1. Após a conclusão dos serviços, a CONTRATADA mediante da PREFEITURA DE CONCEIÇÃO, poderá solicitar o recebimento dos mesmos.

2. Os serviços concluídos poderão ser recebidos provisoriamente, a juízo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO.

3. Para o recebimento dos serviços, o Excelentíssimo Senhor Prefeito, designará uma Comissão composta de no mínimo 03 (três) Técnicos, que vistoriará as obras e emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO ou PROVISÓRIO, a seu critério.

4. O Termo de Recebimento Definitivo das obras e serviços, não isenta a CONTRATADA das responsabilidades cominadas no novo Código Civil Brasileiro.

5. Após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, a garantia prestada pela CONTRATADA será liberada e se em dinheiro, corrigida monetariamente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Das Disposições Gerais:

11. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pelos danos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, ou a terceiros, por si ou por seus representantes, na execução dos serviços contratados, isentando a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO de todas e quaisquer reclamações que possam surgir decorrentes de acidentes, mortes, perdas ou destruições.

12. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos de materiais, transportes, cargas, descargas, sinalização, mão-de-obra, tributos, leis sociais, lucros e quaisquer outros encargos que incidam sobre os serviços previstos, ou não, neste Edital. Deverão estar inclusas nos preços unitários, quaisquer incidências na mão de obra decorrentes do prazo de entrega da obra.

13. O controle tecnológico dos serviços a executar e dos materiais a utilizar será efetuado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, ou por terceiros devidamente autorizados.

14. Quaisquer instruções, alterações, liberações e demais providências que a fiscalização julgar necessária para melhor desempenho da firma e andamento das obras, deverão ser registradas no livro de ocorrência, não cabendo a CONTRATADA nenhuma reclamação decorrente de entendimentos verbais.



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

15. Os serviços ora contratados poderão ser cedidos ou sub-contratados, desde que haja prévia e expressa anuência da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO.

6.1 A Ordem de Serviço só poderá ser emitida após aprovação do projeto junto ao setor de fiscalização da **PMC** e dos recursos do Ministério das Cidades/PMC, representado pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL, CONTRATO DE REPASSE: 806436/2014. (art. 55, inciso V, da Lei nº 8.666/93), da Prefeitura Municipal.

16. Após a aprovação do setor de fiscalização da PMC, deverá ser elaborado Termo Aditivo de Contrato para ajuste de planilha orçamentária, caso haja alteração entre a planilha apresentada e a aprovada.

17. Na contagem dos prazos aqui estabelecidos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

18. A CONTRATADA sujeita-se integralmente aos termos do presente Contrato objeto da Licitação do Edital de TOMADA DE PREÇO Nº 0005/2015/PMC.

19. Os casos omissos neste Contrato serão regulados em observância a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Do Foro:

Para dirimir as questões decorrentes deste Contrato as partes elegem o Foro da Comarca de renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de pleno acordo foi lavrado o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito, que as partes contratantes assinam na presença das testemunhas abaixo.

CONCEIÇÃO/PB, de..... de 2015.

Pela Contratante

Representante Legal da CONTRATADA

Consultora Jurídica do Município

Testemunhas:

CPF:

CPF:



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 0005/2015
DATA DA ABERTURA: 25/05/2015
HORÁRIO: 10:00hs

Prezados Senhores,

Pela presente submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, declarando que:

a) Executaremos a Obra de EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM VIAS PUBLICAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO/PB (RUA ELIAS MIGUEL DE SOUSA, RUA JOÃO JUVENAL, RUA RAIMUNDA LEITE SOBRINHO, RUA PREF. JAIME PINTO RAMALHO, RUA ANTONIO GOMES DUARTE), com recursos do Ministério das Cidades/PMC, representado pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL, CONTRATO DE REPASSE: 806436/2014, da Prefeitura Municipal, pelo preço global de **R\$** (.....), conforme Planilha Orçamentária de Preços em anexo.

b) O prazo máximo de execução dos serviços é de meses (previsão de convenio tres meses), a contar do recebimento da ordem de serviço, conforme cronograma de execução físico-financeiro, em anexo. Assumimos inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação desta;

c) Manteremos válida a proposta pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da sua apresentação;

d) O pagamento será efetuado de acordo com a liberação do convênio;

e) Utilizaremos os equipamentos e a equipe técnica e administrativa que forem necessárias para a perfeita execução dos serviços, comprometendo-nos desde já, a substituir ou aumentar a quantidade dos equipamentos e de pessoal desde que assim o exijam a fiscalização;

f) Na execução das obras observaremos, rigorosamente, as especificações das Normas Técnicas Brasileiras, ou similares que permitam a obtenção de igual qualidade, bem como as recomendações e instruções da Fiscalização assumindo desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as Especificações, Normas e Padrões da PREFEITURA.

g) ANEXAR TODAS AS PLANILHAS DE CUSTO, CONFORME EDITAL.

..... de de
Loca/data

Atenciosamente,